

O QUILOMBO DO ROSA: ETNOGÊNESE E TERRITORIALIDADE

The Kilombo of Rose: Ethnogenesis and Territoriality

David Junior de Souza Silva

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

davi_rosendo@live.com

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás (UFG)

eguimar@hotmail.com

Resumo

As comunidades quilombolas no Amapá vivem um processo de fortalecimento identitário e de sua mobilização política no início do século XXI. O objetivo deste artigo é tratar dos processos identitários e territoriais que vive o Quilombo Rosa da Pedreira. O trabalho baseia-se em etnografia e entrevistas. A principal demanda do Quilombo do Rosa é a titulação de seu território e conquista de políticas públicas de moradia e educação. A etnogênese, a emergência da identidade quilombola, deu-se na primeira década do século XXI, momento em que as comunidades quilombolas do Amapá vivem um cenário novo, especialmente com a chegada de políticas públicas como o Programa Brasil Quilombola e com a atuação da Fundação Palmares na identificação e reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas. O objetivo principal é análise dos processos recentes de reconhecimento identitário e de territorialização da comunidade Rosa da Pedreira, no início do século XXI, portanto, a análise do processo de auto-identificação como remanescente quilombola e da territorialização específica engendrada de forma decorrente desta identificação. No que concerne à sua identidade cultural, a comunidade Rosa da Pedreira manifesta-se como remanescente quilombola de religiosidade católica, como a maioria das comunidades quilombolas do Amapá. No que concerne a sua mobilização social e política, sua origem teve caráter eminentemente de defesa territorial: a primeira associação criada na comunidade no ano de 2002, após uma grande mobilização realizada contra a ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A. Esta empresa palmejava depositar rejeitos de mineração no território da comunidade. Desta ameaça, a comunidade se organizou pela primeira vez para defender seu território. Da história de seu progressivo desenvolvimento identitário e territorial podemos destacar, em 2005 a certificação de comunidade remanescente quilombola emitida pela Fundação Palmares; em 2007 a realização do laudo antropológico da comunidade. A portaria do território da comunidade saiu em 21 de Dezembro de 2016. A conclusão geral é que uma vez tendo acesso à categoria identitária e jurídica de quilombola, e uma vez tendo tomado consciência de sua ancestralidade de remanescente quilombola, a comunidade, em um processo deliberativo próprio, num processo político autônomo, engaja-se num processo de auto-reconhecimento identitário e numa territorialização própria, com base nos quais mobilizou-se e tem se mobilizado para garantir a titulação apropriada de seu território tradicional e o acesso pleno à cidadania

quilombola, o qual envolve por exemplo acesso à ações afirmativas e à educação diferenciada.

Palavras-chave: Quilombo. Territorialização. Etnogênese. Amapá. Amazônia.

Abstract

The quilombola communities in Amapá are undergoing a process of identity strengthening and their political mobilization in the beginning of the 21st century. The objective of this article is to deal with the identity and territorial processes that the Kilombo of Rose lives. The work is based on ethnography and interviews. The main demand of Quilombo do Rosa is the titling of its territory and conquest of public policies of housing and education. Ethnogenesis, the emergence of quilombola identity, occurred in the first decade of the 21st century, when the quilombola communities of Amapá live a new scenario, especially with the arrival of public policies such as the Brasil Quilombola Program and with the work of the Foundation Palmares in the identification and recognition of remaining quilombola communities. The main objective is to analyze the recent processes of identity recognition and territorialisation of the Rose community, at the beginning of the 21st century, therefore, the analysis of the process of self-identification as a remnant quilombola and of the specific territorialization generated as a result of this identification. Regarding its cultural identity, the Rose community manifests itself as a remnant quilombola of Catholic religiosity, like most of the quilombola communities of Amapá. With regard to its social and political mobilization, its origin was eminently territorial in nature: the first association created in the community in 2002, after a major mobilization against ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios SA This company used to deposit wastes the territory of the community. From this threat, the community organized itself for the first time to defend its territory. From the history of its progressive identity and territorial development we can highlight, in 2005, the certification of remaining quilombola community issued by the Palmares Foundation; in 2007 the realization of the anthropological report of the community. The ordinance of the territory of the community came out on December 21, 2016. The general conclusion is that once having access to the identity and legal category of quilombola, and once having become aware of its ancestor of remnant quilombola, the community, in a process in an autonomous political process, engages in a process of self-recognition of identity and a proper territorialization, on the basis of which it has mobilized and mobilized to guarantee the proper titling of its traditional territory and full access to quilombola citizenship, which for example involves access to affirmative action and differentiated education.

Keywords: Kilombo. Territorialization. Ethnogenesis. Amapá. Amazon.

Introdução

O tema deste projeto é análise dos processos recentes de reconhecimento identitário e de territorialização da comunidade Rosa da Pedreira, no início do século XXI. A análise acompanhará o processo de auto-identificação como remanescente quilombola e a territorialização específica engendrada em conjunto com esta identificação.

A comunidade remanescente quilombola Rosa da Pedreira localiza-se na zona rural do município de Macapá, e desenvolve, neste início de século, assim como outras

comunidades quilombolas do estado, um processo de territorialização específico, envolvendo reconhecimento identitário, demarcação e titulação de seu território.

A pesquisa indaga quais as condições de territorialização e reprodução sociocultural do Quilombo Rosa da Pedreira, como comunidade remanescente quilombola no estado do Amapá, levando-se em consideração as dinâmicas sociais, políticas e econômicas próprias da Amazônia e do Amapá no início do século XXI, as condições específicas da história da escravidão na região e das políticas públicas atuais, do associativismo civil e do ativismo político no mesmo período. Será assim necessário analisar as estratégias de territorialização adotadas e criadas pelo Rosa e as condições, favoráveis e adversas a esse processo de territorialização.

O objetivo geral é compreender o processo de afirmação identitária e de territorialização da comunidade Rosa da Pedreira no início do século XXI. Este problema de pesquisa foi fragmentado nas seguintes tarefas: a primeira, a pesquisa com a memória da comunidade sobre sua própria formação, trajetória e identidade cultural, a segunda a compreensão do processo de autorreconhecimento como comunidade remanescente quilombola, e afirmação identitária como tal, realizado pela comunidade no início do século XXI e compreendido aqui como etnogênese.

A terceira a compreensão do processo de mobilização política da comunidade, pela demarcação e titulação de seu território tradicional e pela efetivação de seus direitos. Este processo será compreendido como sua territorialização recente. Uma territorialização específica em relação à realizada até anteriormente, pois mediada pela politização de seu componente étnico.

A pesquisa foi de cunho qualitativa. O recurso principal foi o contato com a comunidade, a observação participante e, posteriormente, a realização de entrevistas com as lideranças e moradores em geral da comunidade.

Como se trata da primeira pesquisa acadêmica sobre o Rosa da Pedreira, o método da etnografia (SAHLINS, 1993) foi utilizado pelo seu potencial de levantar os diversos elementos que compõem a experiência da comunidade e identificar o significado de cada um destes elementos em seu universo.

Em paralelo foi realizado o levantamento bibliográfico e a leitura dos documentos de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola e de certificação e titulação de seu território, que são o laudo antropológico, a certificação da Fundação

Palmares, e a portaria de titulação do INCRA, todos documentos os quais a comunidade busca como efetivação de seus direitos étnicos e ao território.

O pesquisador, em virtude de sua formação e do local em perspectiva, pretende também se deter na aproximação entre estudos geográficos e antropológicos.

Abordagem geográfica da etnicidade

Esta pesquisa se insere no projeto proposto e desenvolvido pelo geógrafo Alex Ratts de realização de uma “abordagem geográfica da etnicidade e de sua espacialidade” (RATTS, 2003, p. 29). Considerando a especificidade da etnicidade na criação de códigos culturais e visões de mundo singulares, o autor também indica a necessidade de uma metodologia geográfica específica para análise da especificidade da etnicidade na produção das diferentes configurações socioespaciais e nas dinâmicas socioespaciaisinter-societárias.

A primeira categoria de que trataremos aqui é a de território, para chegarmos a uma compreensão da natureza dos territórios étnicos, e assim poder ter instrumentos para análise da territorialização do Quilombo Rosa da Pedreira.

No conjunto, as categorias adotadas para a pesquisa são as categorias de território, territorialidade e territorialização, definidas por Rogério Haesbaert (2005); territorialização, por Marcelo Lopes de Souza (2013); etnogênese, de Miguel Alberto Bartolomé (2006); a categoria de territorialidade, tal como conceituada por Alex Ratts (1996), em diálogo com Raffestin (1993); bem como a reflexão desenvolvida por Amanda Lacerda Jorge (2015) sobre os movimentos quilombolas no Brasil.

Segundo Souza(2013, p. 102), a territorialização é “um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço”. Para o caso do Rosa, este processo implica a autonomia sobre seu território e a possibilidade de expressar sua própria identidade étnica como grupo em seu território comunitário; outrossim, a conquista de elementos materiais fundamentais para a vida do grupo.

Tal definição de territorialização coaduna com sua concepção de território: conforme o autor, (SOUZA, 2013, p 88) “o que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o ‘perfil’ do conceito é a dimensão política das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo

de o político, e não no sentido de a política”. A limitação de sua conceituação está em conferir caráter secundário à cultura ou identidade cultural na formação do território e portanto da espacialidade de um grupo.

Diferentemente das abordagens que definem o território unicamente pelo poder (como Souza, 2013), Rogério Haesbaert compreende o território como um fato simultânea e indissociavelmente político e simbólico. Nas palavras do autor, o território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” (HAESBAERT, 2005, p. 6774); é composto, pois, de duas dimensões distinguíveis e constitutivas.

Em outra obra, o autor desenvolve o conceito afirmando que o território “desdobra-se de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica’.” (HAESBAERT, 2004, pp. 95-96). A indissociabilidade do elemento político e do elemento simbólico aqui é ainda mais evidente e permanece constitutiva. A territorialidade, como decorrência da categoria anterior, incorpora uma dimensão estritamente política, mas também se refere às relações econômicas e culturais próprias e cada sociedade ou grupo.

O processo de territorialização, para o autor, malgrado possa ser tipificado segundo quatro grandes objetivos (HAESBAERT, 2005, p. 6778), trata-se de um *processo conjunto de apropriação simbólica e domínio político do espaço, operando segundo a cultura e a movimentação política do grupo em questão*. É com esta concepção de território que faremos a análise dos processos vividos pelo Rosa da Pedreira.

Etnogênese, para o antropólogo Miguel Alberto Bartolomé, trata-se de um processo protagonizado pelas populações tradicionais no qual se reapropriam de sua identidade étnica - uma vez tendo sido obrigadas a abandonar esta identidade nos processos de colonização. Nas palavras do autor, “Trata-se da dinamização e da atualização de antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos.” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Sua natureza de processo social, cultural e identitário é evidente; porém é distintivo também seu conteúdo político: a “etnogênese apresenta-se como processo de

construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

É pois a reapropriação de uma identidade, com vistas à sustentação da ação coletiva, em geral frente ao Estado. Neste processo os povos nativos objetivam “se constituírem como coletividades, como sujeitos coletivos, para poderem se articular ou se confrontar com seus Estados em melhores condições políticas”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

A propulsão do processo pode estar, já prevista por Bartolomé, na existência de novas legislações, que garantem atualmente direitos antes negados. As políticas públicas oficiais de reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas, no Brasil no início do século XXI, desempenharam papel de primeira importância, como veremos, para o Rosa e outras comunidades quilombolas do Amapá - o que não quer dizer necessariamente que não ocorreriam de outra maneira.

“Em certas oportunidades isso se deve à desestigmatização da filiação nativa, mas frequentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso à terra ou a programas de apoio social ou econômico.” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Para caracterizar esta relação no Brasil contemporâneo, do movimento social quilombola com o Estado, o direito e as políticas públicas, Amanda Lacerda Jorge (2015) define a condição do movimento social quilombola no Brasil como realizando um “caminho inverso”: “Isto porque, até a existência do dispositivo constitucional em 1988, tal movimento era incipiente e não se articulava prioritariamente a partir da denominação ‘quilombola’. Neste sentido, o artigo 68 do ADCT abriu o caminho para que esse movimento nascente ganhasse robustez e trilhasse novos caminhos, com o fortalecimento de suas reivindicações.” (JORGE, 2015, p. 146). Inclusive na reapropriação da identidade étnica quilombola – isto é, na etnogênese. Muitos/as militantes estavam nos movimentos negros e/ou rurais. Se reconheciam negros e ligados ao passado africano e ao histórico de escravidão e liberdade (RATTS, 1996). Muitas comunidades eram denominadas de “terras de pretos” ou expressões semelhantes.

Como marco– e para a nova territorialidade do Rosa, pode-se dizer o seu terceiro evento fundante -, foi a garantia do direito na lei que impulsionou a auto-identificação o

reconhecimento social público das comunidades quilombolas no Brasil. No estado do Amapá, estas políticas propiciaram o início do processo de reconhecimento de uma quantidade considerável das comunidades quilombolas no estado, algumas vindo a fechar o ciclo, com a titulação definitiva de suas terras, como é o caso das comunidades Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari, e mais recentemente, da comunidade Rosa Pedreira. A exceção fica por conta do Quilombo do C-riáú, cujo processo de reconhecimento, certificação e titulação ocorreu na década de 1990.

Para o caso da comunidade Rosa da Pedreira, há, pois, um processo de territorialização específico posto em curso no início do século XXI, que trata da afirmação do caráter étnico e da regularização definitiva de seu território tradicional. Um processo político é o que está em jogo, desenvolvido nas condições novas da sociedade local, protagonizado pela comunidade, no qual esta dá vazão à sua própria identidade étnica e busca realizar sua territorialidade própria. Um processo político estreita e dialeticamente atrelado à nova identidade étnica em formação. Neste caso, tanto o elemento étnico torna-se capital político, quanto à mobilização política toda é em nome da defesa e da luta por reconhecimento da identidade étnica.

Territorialidade

Na prática da realidade social, é difícil separar uma transformação na territorialidade de uma transformação coetânea no modo de autorreconhecimento de si. Tentaremos esta distinção aqui para fins estritamente analíticos.

Inicialmente, são dois os processos históricos fundantes da nova territorialidade da comunidade foram sua mobilização, em 2002 contra a ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A., quando esta planejava depositar arsênio, rejeito tóxico de mineração, nas terras da comunidade. Diante da ameaça da ICOMI a comunidade do Rosa articulou-se com outras comunidades quilombolas, acionou a prefeitura municipal, acionou uma deputada federal, acionou outras comunidades da região, e realizaram uma grande mobilização que durou uma semana, na qual lograram expulsar a empresa do local e frustrar seus planos de despejar os rejeitos no território da comunidade.

O segundo, quando da realização do mapa cartográfico da comunidade, em 2013, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas, no Projeto Nova Cartografia

Social da Amazônia. Na ocasião, a comunidade foi convidada a realizar uma cerimônia de lançamento também na Assembleia Legislativa. Nesta ocasião, a comunidade denunciou as invasões e conflitos decorrentes que estava sofrendo em seu território. A projeção alcançada por estas denúncias levou as autoridades a tomar medidas imediatamente em relação a tais conflitos.

Estes dois eventos históricos e sobretudo a forma como a comunidade se posicionou – e se recriou – diante deles, são marcos da nova territorialidade do Rosa.

Etnogênese

Não se ignora, evidentemente, a contribuição dos dois processos descritos na seção anteriortambém para a configuração identitária do Rosa, naquilo que deve ser o mais evidente nesse escopo: na produção de um forte sentido de comunidade. Todavia, há um processo ao qual não pode não ser ligada a produção da identidade de comunidade remanescente quilombola: a chegada do Programa Brasil Quilombola, o qual trouxe a categoria jurídica e a categoria identitária de remanescente quilombola.

O Programa Brasil Quilombola é uma política pública do governo federal para as comunidades negras rurais, com o objetivo de propiciar as condições para o autorreconhecimento destas comunidades como remanescentes quilombolas e o consequente acesso aos respectivos direitos.

Criado em 2003 na esfera federal, o programa chegou ao Amapá em 2004, através do INCRA local. Na ocasião a superintendência do INCRA se encontrava sob gestão de Cristina Almeida, conhecida militante do movimento de mulheres negras local.

Ate então a única comunidade quilombola que havia no estado era o Quilombo do C-riaú – que foi nada menos do que o segundo quilombo a ser titulado no Brasil. Cristina Almeida, na condição de superintendente do INCRA, foi que foi atrás de difundir os direitos quilombolas às comunidades negras rurais do estado e assim incentivar o autorreconhecimento e a titulação.

Ate então, conforme Joelma Meneses, havia certo misticismo, como ainda há hoje, em relação à categoria jurídica quilombola e ao *tornar-se* quilombola. Segundo ela, “o pensamento de muitos é eu vou virar quilombola, não vou poder fazer isso, não

vou poder aquilo”. Havia, portanto, razoável desconhecimento quanto ao direito quilombola e desconfiança quanto ao *ser e tornar-se* quilombola.

Na comunidade do Rosa havia o caso de Josefa, tia de Joelma e irmão de Maria Geralda, que não queria no início tornar-se quilombola, porque entendia que fazendo isso ela não poderia continuar com hábitos que tinha com o caçar, e caçar e vender o produto da caça.

Josefa só mudou de posição conforme Joelma e Geralda explicaram para ela como era o processo. Sobretudo lhe esclarecendo sobre as interdições que haveriam, que não incidiriam nos hábitos alimentares ou de reprodução econômica; as interdições incidiriam apenas sobre a proibição de vender ou alugar.

Josefa também tinha receios quanto ao tornar-se porque ouvia de outras pessoas, que eram contra o reconhecimento quilombola, palavras pejorativas, como “que ser quilombola era um atraso”.

Tanto o desconhecimento do direito e da lei pelas classes populares quanto a produção intencional de informação falsa, movida pelos detratores do movimento quilombola e do movimento negro, alimentada não só por interesses contrários à titulação quilombola como pelo racismo, foram, no período de autorreconhecimento do Rosa, e ainda são no Amapá obstáculos a serem enfrentados no sentido do exercício pleno da cidadania das comunidades remanescentes quilombolas locais. No Brasil, na luta simbólica as elites produzem deliberadamente conhecimento falso – ou desconhecimento – sobre a constituição e as leis em geral do país, objetivando afastar as classes populares da luta por seus direitos e do exercício pleno de seu direito e sua cidadania.

Um dos fatores para a intencionalidade da comunidade do Rosa em direção ao autorreconhecimento como quilombola e o amparo respectivo da lei foram as ameaças reais ao território da comunidade, experienciadas no período.

Nas palavras de Joelma, o autorreconhecimento como quilombola e o posicionamento público como tal foi decisivo para assegurar o território do grupo face estas ameaças externas do período. Joelma rememora principalmente o episódio descrito na seção anterior de tentativa da ICOMI de depositar rejeito de manganês no terreno da comunidade como um fator decisivo para a tomada de decisão rumo à autoidentificação como quilombola.

Já tinha acontecido da ICOMI querer depositar o rejeito de manganês. Hoje elas reconhecem que foi muito importante. Senão só teriam hoje o lugar das casas onde moram. Por conta de nossa resistência, principalmente por conta da atuação de mamãe, que sempre foi a cabeça. (Joelma Meneses, 11-05-2017).

Sem a autoidentificação e o posicionamento público como quilombola, como vemos, a análise da comunidade é que seu território já teria se perdido.

A comunidade avaliava, assim, que havia possibilidade real e presente de perder as terras, principalmente por conta do ocorrido com a ICOMI. Este evento foi mesmo disparador da intencionalidade e da ação do grupo em direção à demarcação do território, como garantia contra estas ameaças.

Autoidentificar-se como quilombola, assim, ou atualizar a identidade de remanescente de quilombo, significou o que Bartolomé coloca em sua análise como constituição “como coletividades, como sujeitos coletivos, para poderem se articular ou se confrontar com seus Estados em melhores condições políticas”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

Nesta época, cabe ressaltar, os moradores do Rosa ainda não se viam como quilombolas. Viam-se como “um comunidade como qualquer outra” (Joelma), o que no contexto amapaense quer dizer, uma comunidade como as muitas outras que há no estado.

Sobre a relação do Rosa com as outras comunidades, no exame da possível influência do movimento por reconhecimento e demarcação das outras comunidades sobre a etnogênese e nova territorialização do Rosa, Joelma aponta que esta influência veio de outra fonte. Segundo Joelma

Comunidade quilombola só havia o C-riaú. Ainda não tínhamos tanto conhecimento do que era ser quilombola, da importância. Após formarmos a associação..que a Cristina chamou minha mãe. Foi que entramos com processo de titulação..vai ter benefícios.. vocês poderão acessar projetos.. do governo federal.. Cristina deu tudo o que minha mãe [Maria Geralda] precisava fazer. (Joelma)

A atuação no cargo de superintendente do INCRA de uma reconhecida militante do movimento de mulheres negras foi assim decisiva para a difusão do conhecimento sobre o direito quilombola e para o incentivo às comunidades de iniciar o processo de titulação.

Joelma ressalta a diferença no trâmite do processo de titulação no início do Programa e atualmente:

Cristina deu tudo o que minha mãe precisava fazer. E não era tão burocrático como hoje. Precisava só a assinatura da comunidade. Então a gente fez. Essa burocracia de hoje é para atrapalhar. Nunca ajuda só atrapalha.

A ameaça real de perda do território e o apoio de uma militante negra no exercício de um cargo público neste momento estratégico foram decisivos para a etnogênese quilombola do Rosa.

A confiança na figura de Cristina Almeida, na legitimidade sua atuação e em seu compromisso com a causa quilombola, advém de uma proximidade anterior de razoável duração, que inclui vínculos de parentesco e ações políticas concretas.

Conforme Joelma, família da Cristina tinha terreno no quilômetro 21 (nas vizinhanças do Rosa). Cristina sempre fez parte do IMENA, organização da sociedade civil que sempre fez trabalhos dentro das comunidades, incluso do Rosa. Conforme Joelma, “elas não falam que são quilombolas, mas são mulheres negras”. A distinção que aparece quase como sinonímia nas palavras de Joelma evidencia não uma estreita ligação entre movimento negro e movimento quilombola no Amapá; mas evidencia a conexão *interna* entre um e outro; uma relação de imanência.

Natureza dialética da etnogênese

O processo da etnogênese não é homogêneo nem puramente consensual. É um processo dialético, e não raro conflitivo, no interior das comunidades, e assim também para o Rosa.

Dentro da comunidade do Rosa há ainda hoje pessoas que não querem ser quilombolas. Há uma pessoa especificamente que não quer ser quilombola, e que age no sentido de tentar influenciar as outras. Não quer ser quilombola porque tem interesse em vender os terrenos que ocupa dentro da comunidade. Já vendeu várias partes da área. Há vários processos contra ele na Polícia Federal, no Ministério Público Federal por conta de estar vendendo partes da terra. Na etapa de desintrusão, esta pessoa é uma das

que está para ser expulso da área. Maria Geralda fez vários boletins de ocorrência contra ele. Ele, por sua vez, já ameaçou Geralda e irmã de morte.

A comunidade do Rosa enfrenta, assim, como outras comunidades, obstáculos internos no processo de etnogênese. No qual sujeitos vivendo no território da comunidade opõem-se ao processo de titulação, por alimentar interesses diversos da comunidade; e agem obstruindo o processo de titulação como podem, e tentando influenciar outros moradores a se opor à titulação.

Considerações Finais

Uma vez tendo acesso à categoria identitária e jurídica de quilombola, e uma vez tendo se confrontado com agentes hegemônicos capitalistas e se reapropriado de sua ancestralidade de remanescente quilombola, a comunidade, em um processo político autônomo, engaja-se num processo de auto-reconhecimento identitário e numa territorialização própria, com base nos quais mobilizou-se e tem se mobilizado para ser reconhecida como quilombola, e ter seus direitos étnicos garantidos, dentre eles a titulação apropriada de seu território tradicional e o acesso pleno à cidadania quilombola, o qual envolve por exemplo acesso a ações afirmativas e à educação diferenciada.

Como resultados parciais temos que o processo de territorialização desenvolvido pela comunidade pode ser compreendido em algumas esferas diferentes. São elas: a formação de parcerias com entidades da sociedade civil, ONG's e movimentos sociais, e com os órgãos de Estado aliados, no sentido de fortalecimento de seu capital político; ações de enfrentamento direto e declaração de adversários, como as denúncias no Ministério Público, na Polícia Federal, e na cena pública, como na tribuna da Assembleia Legislativa Estadual; ações que objetivam ganho de visibilidade do quilombo, como a aproximação à universidade para produção de textos acadêmicos sobre a comunidade, a produção de documentários, a ocupação de espaços públicos, como locais de fala privilegiados como eventos públicos, por exemplo, uso da fala na assembleia legislativa, em eventos nas universidades, nas reuniões do Conselho do Mosaico de Áreas Protegidas do Amapá (em nível estadual), no SAPEG – Seminário de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas (numa escala regional mais ampla); a vivência

dos elementos festivos da identidade cultural quilombola, do marabaixo, da cidade de Macapá, das comunidades do entorno, como festa e como expressão de sua identidade étnica; no mesmo âmbito, a realização de uma festividade em homenagem ao santo padroeiro da comunidade, em dezembro; e a realização de atividades expressivas da identidade étnica em praticamente todos os eventos dos quais a comunidade participa como tal.

Referências

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade São Paulo. 20 a 26 de março de 2005. pp. 6774-6792.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Editora Ática. 1993.

RATTS, Alecsandro. Conceição dos Caetanos: memória coletiva e território negro. *Palmares em Revista*. Brasília. No. 1, 1996, p. 97-115.

_____. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In:ALMEIDA, Maria Geralda de & RATTS, Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia: 2003, v. 1, p. 29-48.

SAHLINS, Marshall. Goodbye to Tristes Tropes: Ethnography in the Context of Modern World History. *The Journal of Modern History*, vol. 65, nº. 1, (Mar., 1993), 1-25.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Sobre os autores

David Junior de Souza Silva

Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Experiência nas áreas de Sociologia, realizando investigações sobre movimentos étnicos, movimentos sociais e sociologia da Amazônia; e Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4322072P6>

Eguimar Felício Chaveiro

Possui graduação em Geografia pela Universidade Católica de Goiás (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Goiás. É coordenador do Núcleo de estudos Espaço, Sujeito e Existência "Dona Alzira". Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, a dinâmica da cidade, geografia urbana, geografia do trabalho e desenvolvimento urbano.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797661D9>

Artigo Recebido em Janeiro de 2018.
Artigo aceito para publicação em Junho de 2018.